



Comissão de Pregão III

**DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2023**

**Processo Licitatório nº: 11.384/2023**

**Processo de Recurso nº: 25.686/2023**

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2023**

**OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de LEITORES E SENSORES PARA MONITORAMENTO DE GLICOSE para suprir as necessidades da SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA.**

**RECORRENTE: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA**

**RECORRIDO: PREGOEIRA**

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela PREGOEIRA da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico nº 165/2023.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 010 de 04 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 04 de janeiro de 2023, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão III

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso.

### **I. DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

### **II. DOS FATOS**

A recorrente, participa do Pregão Eletrônico nº 165/2023 do Município de Nova Friburgo – RJ para aquisição de leitores (Item1) e sensores (Item 2) para monitoramento de glicose, visando suprir as necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica.

Conforme Ata da Sessão Pública, a empresa DROGARIAS SERRANA2 DE MACUCO LTDA (Drogarias Serrana), apresentou o melhor lance para os Itens no dia 14/09/2023, ofertando produtos da marca FreeStyle Libre.

### **III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

A recorrente sucintamente alega, que **“A Drogarias Serrana não apresentou cópia da licença sanitária Estadual ou municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa, exigida pelo item 21.3 do edital”**.

## Comissão de Pregão III

Alega ainda, que “a recorrida não apresentou atestados de capacidade técnica que atendessem ao item 21.1 do edital, visto que os documentos apresentados não indicam claramente a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no Termo de Referência ...”

Afirma que, *“Apesar de a Recorrida ofertar os Produtos fabricados pela Abbott, a Abbott não possui qualquer relação comercial com a Drogaria Serrana e desconhece por completo a procedência dos Produtos que seriam fornecidos, de modo que não garante ou atesta sua procedência.”*

Afirma, que a recorrida, *“A Recorrida não possui Autorização de Funcionamento de distribuição”, qual seja “à irregularidade da venda por parte da Recorrida para outra pessoa jurídica (caso deste Município), caracterizando-se, portanto, como uma distribuidora, visto que a venda não é destinada ao consumidor final. Ou seja, a Recorrida não possui em seu objeto social e inscrição econômica CNAE a atividade de distribuição ou venda para atacado.”*

*“Considerando que a Recorrida não possui autorização para a atividade de distribuição, a empresa apresentou Autorização de Farmácia/Drogaria, que não se confunde com a Autorização de Funcionamento para Distribuidora de Produtos para Saúde.”*

Afirma por fim que, *“Proposta possivelmente inexecutável. Considerando a expertise da Abbott quanto ao comércio dos Produtos, na medida em que é sua fabricante, a Abbott entende que a proposta comercial da Recorrida foi extremamente agressiva,*

Comissão de Pregão III

considerando os custos de importação, impostos e logística de transportes dos Produtos, o que levanta dúvidas sobre a exequibilidade da proposta durante a execução contratual.”

**IV - DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE**

Requer a impugnante:

a) *“Diante do exposto, a Recorrente requer a Vossa Senhoria que, conhecendo o recurso administrativo, pois tempestivo, julgue-o procedente, declarando a Recorrida inabilitada por ter desrespeitado as regras estabelecidas pelo instrumento convocatório e, sobretudo, pela legislação, por ser este, no presente caso, o único ato possível de obediência e apreço à Lei, à jurisprudência e à doutrina e, sobretudo, de homenagem à JUSTIÇA. “*

b) *“Subsidiariamente, em caso de não declaração de inabilitação – o que se argumenta hipoteticamente – a Abbott respeitosamente requer que a Sra. Pregoeira e Equipe de Apoio diligenciem junto à empresa DROGARIAS SERRANA2 DE MACUCO LTDA para que essa comprove documentalmente de forma pública a procedência lícita e regular dos Produtos que ofertou, que possui Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA coerente com o Objeto do Pregão e que sua proposta é exequível através de apresentação de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os valores propostos e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.”*

**V - DAS ALEGAÇÕES DO PREGOEIRO**

Quanto a alegação sobre a *“... não apresentou Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa...”*

Comissão de Pregão III

Em análise a documentação de habilitação jurídica apresentada pela empresa DROGARIAS SERRANAS2 DE MACUCO LTDA, esta pregoeira verificou que conforme, fl. 346 dos autos, o referido documento consta devidamente juntado e válido.

Quanto a alegação que a recorrida “... **não apresentou atestado de capacidade técnica que atendessem ao item 21.1 do Edital...**”

Em análise a documentação de Qualificação Técnica apresentada pela empresa, esta pregoeira verificou que conforme a própria recorrida menciona em seu recurso, fl. 05, o atestado de capacidade técnica que comprova o fornecimento de Tiras Oncall Plus e aparelho medidor Oncall Plus é totalmente compatível aos itens ofertados no certame, atendendo plenamente ao item 21.1 do edital.

Quanto a alegação que a recorrida “**A Recorrida não possui Autorização de Funcionamento de Distribuição.**”

Quanto à venda por parte da Recorrida para outra pessoa jurídica, de fato caracteriza distribuição, visto que a venda não é destinada ao consumidor final.

Assim, conforme observa-se nos documentos apresentados, empresa possui descrição da atividade econômica de comerciante varejista – 4774701, ou seja, a empresa não possui em seu objeto social e inscrição de atividade econômica CNAE a atividade de distribuição ou venda para atacado.

A concessão da Autorização de Funcionamento (AFE) de farmácia/drogaria que a empresa apresentou é regulada pela Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 275/2019, que não compreende a atividade de distribuição. A concessão da AFE para atividade de distribuição é regulada por outra RDC, a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA nº 16/2014.

De acordo com a RDC 16, o comércio varejista “compreende as atividades de comercialização de produtos para saúde de uso leigo, em quantidade que não exceda

Comissão de Pregão III

normalmente destinada ao uso próprio e diretamente a pessoa física para uso pessoal ou doméstico”, ao passo que o distribuidor ou comercio atacadista comercializa produtos para saúde (e outro) “entre pessoas jurídicas ou “a profissionais para o exercício de suas atividades”.

Quanto a alegação que a “**Proposta possivelmente inexecuível.**”

Destacamos que de posse de todas as propostas apresentadas pelos Licitantes é dado o cálculo do Preço conforme artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93. A Administração quando verifica o preço manifestamente inexecuível tem o dever de atestar a plausibilidade da composição do preço final, especialmente no tocante a compatibilidade entre os lances ofertados e os valores de mercado colhidos pelo próprio órgão licitante.

No caso sob exame, não houve indícios de inexecuibilidade da proposta de preço verifica-se que a licitante declarada vencedora, no desejo de obter a contratação por parte do ente Municipal, não ultrapassou o limite da exequibilidade, reduzindo os preços a valores plausíveis.

#### VI - DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal nº 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal nº 599/2020, subsidiado pelo parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 165/2023, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, e opto pela ALTERAÇÃO do julgamento anteriormente proferido, DESCLASSIFICANDO a empresa DROGARIAS SERRANA2 DE MACUCO LTDA no Pregão em comento.



Comissão de Pregão III

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

**FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES**

Pregoeira Substituta – Comissão de Pregão III

Matricula: 468.036